

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ENGENHARIA DE
PESCA E AQUICULTURA**

JOLINDA GONÇALVES CHAVES VIEIRA

**CONTROLE SOCIAL E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO GRACILIANO RAMOS**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo**

**CACOAL
2009**

JOLINDA GONÇALVES CHAVES VIEIRA

**CONTROLE SOCIAL E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO GRACILIANO RAMOS**

Artigo apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Ms. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira

Cacoal
2009

**CONTROLE SOCIAL E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA – UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO GRACILIANO RAMOS**

Por

JOLINDA GONÇALVES CHAVES VIEIRA

**Artigo apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia, Curso de Ciências
Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis, mediante a Banca
Examinadora, formada por:**

Presidente

Prof^ª. Ms. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira – Orientadora/UNIR

Membro

Prof^ª. Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato – UNIR

Membro

Prof. Especialista Clodoaldo de Oliveira Freitas – UNIR

Cacoal

2009

CONTROLE SOCIAL E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO GRACILIANO RAMOS

Jolinda Gonçalves Chaves Vieira¹

RESUMO: O financiamento da educação básica no Brasil retrata a dinâmica da legislação educacional, visando melhor distribuir os recursos e beneficiar maior número de estudantes. No entanto, a gestão financeira dos recursos públicos tem revelado ao longo do tempo, descompasso entre o que a lei lhes impõe e a prática de suas ações. Diante disto, criou-se o mecanismo do monitoramento dos investimentos sociais denominado Conselho de Acompanhamento e Controle Social, na intenção de incentivar e fortalecer a participação da sociedade na fiscalização dos gastos públicos, de modo a contribuir com a boa e regular aplicação dos recursos em benefício da sociedade. Dessa forma, este estudo teve como objetivo verificar a eficácia do acompanhamento e controle dos recursos financeiros da educação básica, no âmbito da escola Graciliano Ramos, Cacoal, Rondônia. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, bem como o estudo de caso, por meio de entrevista, na busca de informações que retratasse a atuação do conselho, mediante o que dispõe as Leis nº. 11.494/07 e 9.394/96. Desse modo, foram entrevistados: o diretor da escola, o diretor executivo da Associação de Pais e Professores e o presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. Assim, a pesquisa revelou a desqualificação dos conselheiros no exercício de suas funções, evidenciando a ineficiência do conselho no fortalecimento e aperfeiçoamento das políticas públicas da educação.

Palavras-chave: Educação Básica. Financiamento. FUNDEB. Controle Social.

INTRODUÇÃO

A questão do financiamento da educação no Brasil tem sido objeto de constante preocupação dos elaboradores de políticas públicas, de modo que a legislação educacional tem passado por várias inovações ao longo de sua história, em decorrência da necessidade de aprimorar a qualidade do ensino ofertado, pois se trata de um direito social, conforme consta no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, as políticas públicas, por meio das ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação, das suas Secretarias e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, juntos visam não só apoiar a oferta da educação, direito de todos e dever do estado, artigo 205 CF/88, mas também, fazer educação de qualidade em regime de colaboração com

¹ Graduanda em Ciências contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, sob a orientação da Prof.^a Ms. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

as redes de ensino, em âmbito estadual e municipal, decorrente de um modelo de descentralização financeira, onde os recursos são gerenciados direta ou indiretamente pela Secretaria de Educação ou pela Unidade Escolar. Nesse sentido, foi instituído no ano de 2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, Lei nº. 11.494/2007, na qual, no artigo 24, trata do acompanhamento e o controle social dos recursos do fundo, cuja competência cabe aos conselhos instituídos especificamente para esse fim.

Nesse contexto de idéias, torna-se sugestivo indagar: Qual a contribuição do Conselho no fortalecimento e aperfeiçoamento da fiscalização das políticas públicas da educação?

Portanto, para responder a esta pergunta, o presente estudo de caso possui como objetivo geral, verificar a eficácia do acompanhamento e controle dos recursos financeiros da educação básica que aportam na unidade escolar.

Para alcançar o objetivo geral proposto, o trabalho possui sustentação nos objetivos específicos em abordar o contexto histórico da educação no Brasil, com vistas a identificar os recursos públicos financeiros da educação básica de responsabilidade da administração municipal, estadual e federal, bem como, averiguar a atuação da escola e do conselho escolar, na elaboração e execução do planejamento e controle dos recursos públicos aportados na escola, para a manutenção e desenvolvimento do ensino básico e finalmente verificar como são realizados os procedimentos práticos de aplicação e a prestação de contas dos recursos públicos.

Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, como base de referência teórica em livros, revistas, dicionários e material disponível na internet.

Também se utilizou o estudo de caso que é uma das formas da pesquisa descritiva, na qual o pesquisador procura conhecer, registrar, estudar e interpretar a realidade sem qualquer interferência ou modificação dos fatos. É o tipo de pesquisa desenvolvido, principalmente nas Ciências Humanas e Sociais, na abordagem de problemas ou situações da vida social, política ou econômica (CERVO E BERVIAN, 1996, P. 49).

O estudo foi realizado no município de Cacoal, no estado de Rondônia e fizeram parte da pesquisa a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Graciliano Ramos, localizada na Rua Profª. Maria Lúcia da Silva Miller, 2640, Bairro Brizon e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

O instrumento para a coleta das informações foi o formulário semi-estruturado contendo 40 (quarenta) questões, sendo 16 (dezesseis) objetivas e 24 (vinte e quatro)

subjetivas. Assim sendo, foram entrevistados, nos dias 02 e 04 de junho de 2009, o diretor da escola em estudo, o diretor executivo da Associação de Pais e Professores e o presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

No âmbito do município não existe órgão representativo do FUNDEB estadual, motivo pelo qual a pesquisa foi realizada com o Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB na esfera municipal, até porque a lei nº. 11.494/07 abrange as três esferas de governo.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A configuração do Sistema de ensino no Brasil, sobretudo no que tange às políticas de organização, financiamento e gestão, é fruto de uma série de mudanças, que teve seu início nos tempos remotos do Brasil colônia.

De acordo com Dourado *et al.* (2006, p. 23 e 24) em 1551 o ensino era gratuito confiada pelo rei de Portugal aos jesuítas, com funcionamento no Colégio dos Meninos do Brasil, no estado da Bahia. Sistema que durou até 1758. Durante esse período o ensino era redízima (1/10 da dízima) das rendas pertencentes à coroa portuguesa.

Segundo Piletti (1996, p. 37), no período de 1772 a 1834 a educação era oferecida a crianças e adolescentes, com tributo derivado da venda de carne nos açougues e de cachaça nos alambiques, de modo que a partir do ano de 1834 o comércio começou progredir e as cidades a se expandirem, fato esse que viabilizou a cobrança de tributo sobre circulação de mercadorias e serviços.

Na opinião de Piletti (1992, p. 42), todas as Constituições do Brasil fizeram alguma referência, por mínima que fosse à educação, contudo, o período monárquico que durou de 1822 a 1889, e que precedeu o período republicano, a política educacional não era tratada como obrigatória. Princípio que nasceu e se desenvolveu por meio das várias Constituições que o Brasil adotou e de suas conseqüentes reformas.

A primeira Constituição do período republicano, de 24 de fevereiro de 1891 não fez referência à obrigatoriedade e gratuidade do ensino, esse item passa a figurar a Constituição de 1934, esta surge com a preocupação em atender os anseios da população brasileira, no quesito das instruções escolares elementares básicas e para torná-las reais, no art. 149 estabelece à educação como direito de todos e que deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos. Com esse modo de pensar, o sistema de ensino começa a ganhar um olhar mais comprometido do governo, e como meio garantidor desse direito foi criado um fundo

financeiro, o qual adotou como política educacional um sistema de vinculação constitucional de verbas, conforme consta no art. 156 da Carta Magna brasileira.

Já a Constituição outorgada no ano de 1937, amplia a responsabilidade do setor público, conforme retrata o art. 125, porém, nesse mesmo ano, Getúlio Vargas deu um golpe de estado e instaurou uma ditadura no país.

No texto constitucional de 1946 esteve presente à necessidade de se estabelecer um percentual que possibilitasse o efetivo cumprimento da vinculação por parte dos entes federados. Inicialmente, a vinculação estipulada para as três esferas administrativas foi de 20%; no entanto, a participação financeira da União para com a educação foi determinada em pelo menos 10%, conforme retrata no seu art. 169, de modo que nesse momento histórico, o sistema educacional teve restituído os recursos financeiros que fora suprimidos na CF./1937, e obteve um ganho financeiro no percentual do município que, passa de dez para vinte por cento. Já a Carta Constitucional de 1967 revogou a vinculação de recursos sob a alegação de que a mesma era incompatível com a sistemática orçamentária introduzida pela nova Constituição que na parte relativa ao orçamento, proibia qualquer vinculação entre receita de impostos e despesas (FÁVERO, 2001, p. 201).

A partir da Carta Magna de 1988, o processo educacional passa por reformulação especial, e no seu artigo 6º define a educação como direito social do cidadão, e passa a ser tratada como tema importante no contexto social do país. Esse acolhimento peculiar é demonstrado nos artigos 205 a 214 consecutivos. Porém, é no art. 212 que a vinculação dos recursos está grafada. Portanto, desde a Constituição de 1934 que o Brasil adotou um sistema de vinculação constitucional de verbas para a educação escolar, e isto se repetiu em todas as constituições promulgadas, isto é, na de 1946 e na de 1988.

Com isso, ficou evidenciado o conjunto de artigos constitucionais, dos quais emana a base da organização educacional do país, firmando deveres e direitos, delimitando competências, bem como, regulando o financiamento, convém portanto, fazer menção, que os sistemas escolares são organizações de enormes proporções, absorvendo considerável parcela dos orçamentos públicos, recursos estes que constitui elemento indispensável ao seu funcionamento e possui tendência a crescer, pois os sistemas escolares, em especial nos países em desenvolvimento, ainda não alcançaram o pleno atendimento da população.

Nesse ponto, parece oportuno recordar, que no ano de 1996 foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), para vigorar por uma década.

Durante esse período os Estados e municípios deveriam aplicar, no mínimo, 15% de todas as suas receitas com exclusividade na manutenção do ensino fundamental.

O percentual referenciado acima, está retratado no art. 1º, § 1º da Lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996, fundo esse que teve seu nascimento com a Emenda Constitucional nº. 14, de setembro de 1996. A Lei do FUNDEF entrou em vigor em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental e consistia na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação.

Acerca do tema, o sociólogo e ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, opina sobre a contribuição do FUNDEF, em sua opinião o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, valorizou o ensino fundamental e modificou o panorama da educação no Brasil.

Em seu modo de pensar o FUNDEF contribuiu com o aumento e permanência das crianças pobres na escola, e com isso houve uma queda acentuada do analfabetismo e que foi a partir desse momento histórico que foi introduzido o fortalecimento do ensino médio e a melhoria da condição dos professores.

Comentando o assunto, o ex-ministro da educação Paulo Renato de Souza, faz uma crítica positiva em relação ao fundo. Em sua visão e sugestão o FUNDEF deveria ter deixado à característica de transitório e ter se tornado perpétuo constitucionalmente.

No seu entendimento o FUNDEF foi sem dúvida um inegável avanço, quantitativos e qualitativos alcançados da política educacional brasileira.

Davies (2008a, p. 25) não compartilha com as opiniões anteriores a respeito do FUNDEF, na sua opinião o fundo foi inspirado na orientação dos organismos internacionais de priorização do ensino e portanto, não trouxe inovação para o sistema educacional, apenas faz a redistribuição dos recursos que já são da educação entre os entes federados, utilizando para isso fatores de ponderação na distribuição dos recursos, com base no número de matrículas no ensino fundamental regular das redes de ensino estadual e municipal.

Portanto, o FUNDEF que passou a vigorar de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 1998 e teve vigência até 31 de dezembro de 2006, com seus avanços e limites constituiu mudanças na estrutura de financiamento do ensino fundamental público do país, bem como, contribuiu como uma experiência novadora na priorização do ensino, em particular do ensino fundamental.

2 FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Com o intuito de melhorar ainda mais a educação oferecida no país, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, Lei nº. 11.494/07, em substituição ao FUNDEF. O FUNDEB está previsto para durar 14 anos, até 31 de dezembro de 2.020 (DAVIES, 2008b, P. 33).

O FUNDEB é um fundo contábil de natureza financeira, onde todos os entes da federação (União, estados, Distrito Federal e municípios) contribuem destinando parte de seus recursos para sua constituição (CORREIA *et al.*, 2008a, p. 12).

Diante do exposto, é importante compreender o financiamento da educação básica no Brasil e analisar a responsabilidade dos entes federados na sua área de atuação, conforme consta no quadro 1.

Quadro 1 – Entes federados e área de atuação

Esfera de governo	Área de atuação
Municipal	Creches e pré-escola e Ensino Fundamental
Estadual	Ensino Fundamental e Ensino Médio
Federal	Ensino Superior

Fonte: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares/Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil. Brasília – DF, junho de 2006.

A Lei nº. 9.394/96, artigos 74, 75 e 76, trata da ordenação do território federal, bem como das estratégias para distribuir os recursos e as responsabilidades pelo país, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões, com ação supletiva e direcionada, complementa o dinheiro nas regiões onde a arrecadação não for suficiente para garantir o valor mínimo nacional por aluno ao ano, seja inferior ao estabelecido em lei, nesse caso, haverá o aporte de recursos federais, a título de complementação.

De acordo com a Lei nº. 11.494/07, artigos 16 e 17, os recursos do FUNDEB são distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal. A referenciada distribuição é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos

matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme artigo 9º, § 1º da mencionada lei, desse modo, os municípios recebem os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental, e os estados, com base no número de alunos do ensino fundamental e médio, observada a escala de inclusão, conforme demonstra o quadro 2.

Quadro 2 – Valores repassados (por origem e por mês ou dia)

Nível de ensino	Fator de Ponderação		
	2007 (Resolução nº. 01, de 15/02/2007)	2008 (Portaria nº. 41, de 27/12/2007)	2009 (Portaria nº. 932, de 30/07/2008)
Creche	0,80	-	-
Creche em tempo integral	-	1,10	1,10
Creche em tempo parcial	-	0,80	0,80
Pré-escola	0,90	-	-
Pré-escola em tempo integral	-	1,15	1,20
Pré-escola em tempo parcial	-	0,90	1,00
Séries iniciais do ensino fundamental urbano	1,00	1,00	1,00
Séries iniciais do ensino fundamental rural	1,05	1,05	1,05
Séries finais do ensino fundamental urbano	1,10	1,10	1,10
Séries finais do ensino fundamental rural	1,15	1,15	1,15
Ensino fundamental em tempo integral	1,25	1,25	1,25
Ensino médio urbano	1,20	1,20	1,20
Ensino médio rural	1,25	1,25	1,25
Ensino médio em tempo integral	1,30	1,30	1,30
Ensino médio integrado a educação profissional	1,30	1,30	1,30
Educação especial	1,20	1,20	1,20
Educação indígena e quilombola	1,20	1,20	1,20
Educação de jovens e adultos c/avaliação no processo	0,70	0,70	0,80
Educação de jovens e adultos integrada à educação Profissional de n. médio c/avaliação no processo	0,70	0,70	1,00
Creche conveniada em tempo integral	-	0,95	0,95
Creche conveniada em tempo parcial	-	0,80	0,80
Pré-escola conveniada em tempo integral	-	1,15	1,20
Pré-escola conveniada em tempo parcial	-	0,90	0,90

Fonte: FNDE (2009)

Sobre o assunto, o secretário executivo-adjunto do Ministério da Educação, Francisco das Chagas, fala que o FUNDEB foi uma construção coletiva dos três entes federados, junto com a sociedade para se chegar a uma proposta que não resolve com a questão do financiamento, mas que avança bastante em relação ao que era anteriormente e que esta é a oportunidade de avançar na regulamentação do artigo 23 da Constituição, no qual trata da cooperação dos entes federados para a educação, e que esse é um momento importante de se avançar, pois há de se considerar que o Brasil teve vários momentos de discussão da

Educação para Todos, assim sendo, o art. 211 da CF/88 trata do regime de colaboração financeira entre os entes federados, bem como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/Lei nº. 9394/96, consolidou o arranjo federativo retratado no quadro 3.

Quadro 3 – Financiamento da educação básica e o regime de colaboração entre os entes federados

Ente federado	LDB/96	Constituição Federal/88
União	Prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o seu sistemas de ensino e atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva (Art. 9, inciso III).	A União organizará sistema federal de ensino e o dos territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito federal e aos municípios (art. 211, § 1º, Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 14 de 1996).
Estados, Municípios e Distrito Federal	Definir, com os municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do poder público, art. 10, inciso II.	A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, art. 212.

Fonte: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, in Conselho Escolar e Financiamento da Educação no Brasil (2006, p. 34, vl. 7).

Segundo Haddad (MEC, 2007) o caráter universal do fundo beneficia toda a educação básica do país, especialmente as populações historicamente prejudicadas, de modo que a educação no Brasil está baseada em um tripé que abrange financiamento, avaliação e formação de professores.

Na visão de Davies (2008, p. 34), o principal objetivo do FUNDEB é corrigir falhas apontadas no FUNDEF como: a exclusão da educação infantil, educação de jovens e adultos e ensino médio, dos profissionais da educação e a complementação federal, universalizando o atendimento na educação básica, a partir da redistribuição equitativa de recursos entre o estado e seus municípios.

Buarque (O Globo, 2006) faz considerações negativas ao FUNDEB, considera ser uma medida insuficiente para um problema muito grave e muito profundo, como o problema educacional brasileiro.

Em sua opinião o fundo é insuficiente para recuperar o terreno perdido no cenário mundial e que o pior equívoco é pensar que o problema da educação está na falta de dinheiro, porém, em sua visão não é. Considera que a problemática está no descaso que remonta sucessivos governos federais que a trataram com desatenção. A seu ver a educação é uma unidade nacional, portanto, não pode ser vista como um problema municipal local.

Assim sendo, o fundo não é suficiente para fazer as mudanças que o Brasil precisa no processo do desenvolvimento educacional.

Na opinião de Jund (2008, p. 363) o FUNDEB está destinado à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração.

Davis (2008, p. 55-56), no entanto, em suas análises sobre o fundo, considera frágil a suposta valorização dos profissionais da educação, porque ao fixar o piso salarial em R\$ 950 para o ano de 2010, torna-se insignificante, e não se vê valor nisso, o nivelamento salarial não é visto como algo benéfico, a uniformidade poderá induzir governadores que pagam salários superiores ao piso a não conceder aumento, alegando que já pagam o piso exigido por lei (Art. 2º da Lei 11.738/2008).

Um outro ponto frágil analisado por Davis (2008, p. 37), está na semelhança entre FUNDEB e FUNDEF, pois ambos trazem poucos recursos novos para o sistema educacional como um todo, uma vez que apenas redistribui os recursos que já são constitucionalmente vinculados à educação e não garante aumento de recursos por matrículas em termos nacionais, muito embora alguns estados e municípios possam vir a ter ganhos significativos, sobretudo por causa da complementação federal, por fim, os 60% reservado para os profissionais do magistério é um percentual bruto e não líquido, ao ser descontado as obrigações patronais sofre uma queda de 6%, de modo que o índice real é de 54%. Para compreender a sistemática do FUNDEB, é importante conhecer sua composição.

2.1 Composição dos Recursos do FUNDEB

A cesta de impostos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que compõe o FUNDEB envolve vários tributos. JUND (2008, p. 364) retrata a composição dos recursos:

1 Contribuição de Estados, Distrito Federal e Municípios, de:

- a) 16,66% no 1º ano;
- b) 18,33% no 2º ano;
- c) 20% a partir do 3º ano, sobre:
Fundo de Participação dos Municípios – FPM;

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
 Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp;
 Desoneração de Exportações (LC nº. 87/1996)

2 Contribuição de Estados, Distrito Federal e Municípios, de:

- a) 6,66% no 1º ano;
- b) 13,33 no 2º ano;
- c) 20% a partir do 3º ano, sobre:
 Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD;
 Imposto sobre Propriedade Veículos Automotores – IPVA;
 Quota parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos Municípios – ITR;

Também compõem o fundo as receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas, no âmbito de cada estado, onde a arrecadação não for suficiente para garantir o valor mínimo nacional por aluno ao ano, haverá o aporte de recursos federais, a título de complementação da União (FNDE, 2009).

A distribuição dos recursos do FUNDEB, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, é realizada entre o governo estadual e os governos municipais, art. 2º, § 1º, Lei 9.424/96 (SAVIANI, 2008, P. 100).

De acordo com Chagas (Aprendiz, 2008) o fundo permite a melhor distribuição dos recursos públicos e ajuda a equalizar as oportunidades educacionais.

Na opinião do ex-ministro da educação Paulo Renato de Souza (CONTEE, 2007), a distribuição dos recursos deve ser fixada por lei e revista a cada dois anos. Essa medida daria mais estabilidade ao financiamento, porém, para Haddad não existe problema para defini-los, no entanto, pondera que poderá haver dificuldades quando houver necessidade de alterá-los.

2.2 Acompanhamento e Controle Social dos Recursos do FUNDEB

A normativa que instituiu o FUNDEB no art. 24, § 1º, determinou também, mediante lei municipal a criação de um conselho social, cujo nome é Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. Esse conselho tem como missão ajudar na tarefa da boa utilização do dinheiro público, realizando o acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência, o planejamento e a aplicação dos recursos do Fundo.

O Conselho não está subordinado ao governo local, portanto, suas decisões são tomadas de forma independente, em assembléia geral, e registradas em atas ou resoluções, de maneira a garantir que não haja envolvimento político em suas deliberações.

De acordo com o art. 24, § 13, outro papel importantíssimo também, é receber e analisar as prestações de contas e formular pareceres conclusivos acerca da aplicação dos recursos e encaminhar ao FNDE.

Para Queiroz (SEB/MEC, 2008) os conselhos podem receber queixas, abordar formalmente irregularidades, além de solicitar correções, neles há a participação governamental e da sociedade civil, por isso, possui caráter de controle externo.

Segundo Davies (2008, p. 57), o acompanhamento e controle social do FUNDEB, cabem algumas reflexões a respeito dos conselhos, pois, a eles foram atribuídos muitas virtudes e poder, que só funcionam no papel, não na prática. A idéia se funda na falta de caráter punitivo e a seu ver essa é uma estratégia para desobrigar o poder público de suas responsabilidades e transferi-las à sociedade; constatação que o leva ao enfraquecimento.

Outro ponto que enfraquece a representação é no tocante a análise técnica da documentação contábil, porquanto, é preciso uma formação adequada para decifrar as demonstrações contábeis. O Documento-Referência da Conferência Nacional da Educação – CONAE, a ser realizada em 2010 (2009, p. 92), retrata a importância dos conselhos no monitoramento da aplicação dos recursos e na supervisão do censo escolar, pois este é base fundamental no cálculo dos valores financeiros repassados, bem como na participação da elaboração da proposta orçamentária anual do estado e município e a consequente verificação dos valores financeiros repassados adequadamente conforme programados.

Sobre esse assunto, parece apropriado referenciar a Lei da Reforma Educacional de *Massachusetts – MERA*, de 1993, essa Lei exige que todas as escolas elementares, secundárias e vocacionais independentes, estabeleçam um Conselho Escolar, no qual, o objetivo é o de assegurar que os pais e as comunidades tenham um papel significativo na área da política educacional ao lado dos professores, diretores e parceiros da comunidade na tomada de decisão da escola.

A gestão democrática e a transparência na aplicação dos recursos públicos da educação estão entre as ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, programa este, disponibilizado para um público específico, está voltado para a capacitação de conselheiros escolares, técnicos e dirigentes das secretarias municipais e estaduais de educação.

Outro órgão que dispensa atenção para o controle social dos recursos públicos é a Controladoria Geral da União - CGU, esta desenvolve o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público para incentivar o cidadão em geral a atuar no controle social, no local onde vive.

Segundo Batista *et al* (2008, p. 15) o controle social pode ser entendido como a participação do cidadão na gestão da coisa pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da administração pública, pois se trata de importante mecanismo de

prevenção da corrupção e do fortalecimento da cidadania, bem como da garantia do financiamento da educação, assim o acompanhamento da aplicação dos recursos torna-se mais efetivo por meio do mecanismo do controle social, de modo a contribuir para a transparência e democratização da gestão pública.

Tocqueville (*apud* TORO, 2004, p. 34) atribui o desenvolvimento dos EUA à capacidade que tem a sociedade norte americana de se associar, de se organizar, segundo ele, essa é a mestra de todos os saberes sociais, de modo que saber se organizar é o primeiro passo para superar o desrespeito às regras sociais e fortalecer a democracia.

Assim, no art. 24 da Lei nº. 11.494/96, diz que o conjunto de atribuições do colegiado compreende:

- a) Supervisionar o censo escolar anual;
- b) Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do fundo;
- c) Aprovar o programa de aplicação dos recursos a serem recebidos;
- d) Acompanhar e controlar as transferências e a aplicação dos recursos;
- e) Receber e analisar as prestações de contas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhar ao FNDE.

2.2.1 Composição do Conselho Municipal do FUNDEB

De acordo Correia *et al* (2008b, p. 21):

No município, o conselho será composto pelo menos por 9 (nove) membros, com mandato de, no máximo, 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução por igual período, sendo:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal (Prefeitura), dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

Além desses, integrarão o conselho municipal do FUNDEB 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.

Não há previsão de remuneração para o conselho, entretanto, a atuação dos seus membros é considerada pela lei uma atividade de relevante interesse social, daí a importância do conselheiro como um verdadeiro representante da comunidade.

2.3 Plano de Ação Coletivo

Esta é uma etapa muito importante, pois o planejamento é um instrumento que vai definir como e onde será gasto o dinheiro. Nessa direção, a escola passa a ser entendida como

espaço de deliberação coletiva em diferentes áreas: administrativa, financeira e pedagógica (DOURADO *et al.*, 2006, p. 84).

Assim, no tocante à dimensão financeira a escola passa a ser responsável por definir ações, elaborar e executar os seus projetos educativos e de gestão. Essa responsabilidade, não deve ficar restrita à figura do diretor e à sua equipe de coordenação.

Nesse sentido, pais, alunos, professores, servidores administrativos, comunidade local, têm direito de participar, por meio dos Conselhos Escolares, das discussões, e decisões referentes aos projetos a serem desenvolvidos na escola, na decisão das verbas que serão empregadas para o desenvolvimento desses projetos. Isso significa definir objetivos prioritários, de modo que os objetivos traçados devem estar ligados ao desenvolvimento do ensino com qualidade.

Assim, no preparo do planejamento é necessário que todos os envolvidos, tenham em mente o bem coletivo, sobretudo no modo de pensar e elaborar os projetos educacionais, de modo que as pessoas envolvidas na escola, como todos aqueles que direta ou indiretamente tenham a responsabilidade de acompanhar ou fiscalizar a gestão das verbas públicas, nesse caso específico as verbas destinadas a unidade escolar conheçam o conjunto de procedimentos estabelecidos por lei que variam de acordo com o montante a ser gasto e com o tipo de serviço a ser adquirido, assim como, o momento em que são realizados, de modo a evitar maiores despesas aos cofres públicos (TORO, 2005, p. 30).

Na administração pública o controle se faz necessário, para certificar se todas as ações estão sendo executadas em conformidade com o interesse coletivo (JUND, 2008, p.660). Como ilustração pode se referir às modalidades de licitação, que são: convite, tomada de preços, concorrência, concursos e leilão. É por meio da licitação que a administração pública seleciona e contrata fornecedores ou empreiteiros, mediante proposta mais vantajosa para aquisição de bens ou serviços. Desse modo, o agente público está de acordo com os princípios básicos da administração pública que são: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

O princípio da eficiência foi introduzido de modo explícito na Constituição Federal por intermédio da Emenda Constitucional nº. 19/1998, posicionando-se ao lado dos demais princípios da Administração Pública, conforme art. 37, caput, CF/88, descrito abaixo:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nesse ponto, torna-se necessário retratar de modo sucinto, o conceito de eficiência.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2002, p. 251) descreve a eficiência como sendo a “ação ou virtude de produzir um efeito; eficácia”.

Já o dicionário HOUAISS (2001, p. 1102) define-a como “poder, capacidade de uma causa produzir um efeito real”.

Para os léxicos, portanto, eficiência e eficácia são sinônimas, ambas representam à capacidade de se produzir determinado efeito.

Mello (2007, p. 117), no entanto, descreve eficiência como sendo o dever do administrador por excelência e não há mais nada a ser dito a esse respeito.

Já Carvalho Filho (2008, p. 304) define como “o modo como à administração pública executa ou presta seus serviços de modo mais proveitoso e com menor dispêndio”.

Acerca do tema Chiavenato (1997, p. 51) argumenta:

A eficiência está voltada para a melhor maneira (the best way) pela qual as coisas devem ser feitas ou executadas (métodos), a fim de que os recursos (pessoas, máquinas, matérias primas) sejam aplicados da forma mais racional possível. A eficiência preocupa-se com os meios, com os métodos e procedimentos mais indicados que precisam ser devidamente planejados e organizados a fim de assegurar a otimização da utilização dos recursos disponíveis. A eficiência não se preocupa com os fins, mas simplesmente com os meios. O alcance dos objetivos visados não entra na esfera de competência da eficiência; é um assunto ligado à eficácia. À medida que o administrador se preocupa em fazer corretamente as coisas, ele está se voltando para a eficiência (melhor utilização dos recursos disponíveis). Porém, quando ele utiliza estes instrumentos fornecidos por aqueles que executam para avaliar o alcance dos resultados, isto é, para verificar se as coisas bem feitas são as que realmente deveriam ser feitas, então ele está se voltando para a eficácia (alcance dos objetivos através dos recursos disponíveis).

Sem exaurir o tema, o qual merece melhor aprofundamento, cabe aqui apenas ressaltar que eficiência e eficácia caminham juntas. É por meio da eficiência que se obtêm o melhor resultado, ou seja, a eficácia.

2.4 Prestação de Contas

O dever de prestar contas é decorrência natural da administração como encargo de gestão de bens e interesses alheios. A prestação de contas não se refere apenas à gestão financeira, mas a todos os atos da administração (MERELLES, 2003, p. 105).

No caso do administrador público, esse dever ainda mais se eleva, porque a gestão se refere aos bens de interesse da coletividade. A Carta Magna de 1988 impõe expressamente nos arts. 70 a 75, esse dever para os administradores bem como para os demais responsáveis por bens e valores públicos. Quem gere dinheiro público ou administra bens de interesse social deve contas ao órgão competente para fiscalização.

Segundo Araújo (2006, p. 190), não existe um modelo determinado de como deve ser uma prestação de contas no campo da administração pública, mas ela deve ser elaborada de modo a demonstrar da forma mais clara e evidente os resultados da gestão e os benefícios gerados à sociedade.

Embora, para Araújo não haja um modelo padrão para se prestar contas dos recursos públicos, o FNDE dispõe em seu portal regulamentos e instruções de como devem ser preenchidos os demonstrativos de execução de receita e despesa, bem como da documentação probante da realização dos gastos.

A título de exemplo, na prestação de contas deve constar relação de bens adquiridos, conciliação bancária, notas fiscais originais ordenadas cronologicamente, etc, de modo que o conjunto de documentos e informações obtidas e elencadas em processo devem permitir a avaliação do desempenho do gestor de bens e valores públicos.

Prestar contas, no entanto, não é uma desconfiança em relação às atividades desenvolvidas pelos administradores públicos, representa apenas uma informação que é prestada ao povo, a respeito de como o dinheiro público foi utilizado. O povo tem esse direito e assim fazendo o administrador age com transparência.

Transparência quer dizer: claro, límpido, clareza nas intenções (PASCHOAL, 2005, p. 837). O que é límpido é imaculado. Administração transparente é aquela, em que, tudo é revelado, assim sendo, a prestação de contas é uma ferramenta que deve demonstrar com detalhes, todos os atos praticados pelo gestor.

A Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000, não faz referência específica, em nenhum de seus artigos sobre os recursos da educação, porém, trata da responsabilidade fiscal do gestor da coisa pública e tem como escopo corrigir o rumo da administração pública e na efetivação da transparência das ações do governo em relação à população, no entanto, a mesma lei é de abrangência nacional e extensiva aos três poderes, bem como, as três esferas de governo, isto é, para todos os órgãos da administração pública e trata no capítulo IX da transparência, controle e fiscalização dos gastos públicos e diz que deverá ser dada ampla divulgação das ações do governo, inclusive por meios eletrônicos de acesso ao público mediante incentivo à participação popular, até mesmo com versões simplificadas dos documentos, de modo a facilitar o entendimento do contribuinte.

Lamentavelmente, as prestações de contas dos entes públicos estão apoiadas apenas em demonstrativos de ingressos e desembolsos, cuja preocupação é apenas de fundo jurídico-administrativo. Tal postura legalista é inibidora de informação, não está voltada para o

cidadão comum, visto que os responsáveis acabam por estabelecerem informações voltadas para usuários exclusivos e assim o cidadão comum permanece impossibilitado de avaliar o desempenho do administrador público (SILVA, 1991, p. 32).

3 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As ações de manutenção e desenvolvimento do ensino básico estão estabelecidas nos § 2º e 3º do artigo 211 da CF/88, também nos artigos 70 e 71 da LDB/96. Essas ações referenciadas devem ser entendidas como remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica pública, aquisição de material didáticos escolares diversos, destinados ao trabalho pedagógico na escola, bem como, materiais de manutenção e conservação do ambiente escolar, enfim tudo que estiver diretamente voltado ao desenvolvimento intelectual do aluno e da qualidade educacional. A contribuição das ações deve ser exclusiva para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esse tópico trata da análise e discussão dos resultados da pesquisa, obtidos mediante aplicação de questionário, contendo 40 (quarenta) questões, sendo 16 (dezesesseis) objetivas e 24 (vinte e quatro) subjetivas.

Colaboraram com as informações, o Diretor da Escola Graciliano Ramos e o Presidente da Associação de Pais e Professores, como sujeitos diretamente envolvidos na gestão dos recursos públicos aportados na escola.

Contribuiu também, com o estudo, o Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, no âmbito do município de Cacoal, na condição de órgão colegiado, fiscalizador, destinado ao acompanhamento e ao controle social dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, uma vez que a Lei nº. 11.494/07 abrange as três esferas de governo, bem como contempla toda a educação básica, além disso, o município é o ente federado mais próximo do cidadão.

4.1 Questionário aplicado ao diretor da escola em estudo

Para identificar os recursos aportados na escola foi perguntado ao diretor, quais os recursos financeiros que a escola recebe e com que frequência os créditos são efetuados, bem

como, se União ou Estado é o responsável pelo repasse. O quadro 4 abaixo, apresenta os recursos-programas e a frequência no recebimento.

Quadro 4 – Recursos-programas e frequência no recebimento

Programas	Frequência no recebimento dos recursos	Ente público responsável pelo repasse
PROAFI	Semestral (2 x ano)	Estadual
PNAE	A cada 20 dias letivos	Federal
PME	Anual (1 x ano)	Federal/Estadual
PDDE	Anual (1 x ano)	Federal
PROFIPES	Anual (1 x ano), se aprovado projeto.	Estado

Fonte: Pesquisado pela Autora (2009).

De acordo com o art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, os recursos-programas são voltados ao custeio de ações para a manutenção e desenvolvimento da educação, na melhor organização escolar, para a melhoria da qualidade do ensino básico.

Após a identificação dos recursos-programas, a periodicidade e o ente responsável, procurou-se saber se é feito planejamento formal para a realização dos gastos.

Nesse caso a resposta foi afirmativa. Esse registro está em conformidade com o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, uma vez que se trata de um suporte da escola pública, pois o planejamento estratégico auxilia as equipes a trabalhar com os mesmos objetivos, em busca de resultados comuns, reconhecendo que os ambientes sociais estão em constantes mudanças. Em complemento a questão, foi indagado ao diretor sobre quem participa da elaboração do planejamento.

Verificou-se, portanto, que a Associação de Pais e Professores – APP participa do planejamento, esta representando os funcionários da escola, bem como, os pais dos alunos. Essa composta por 17 (dezessete) membros, conforme dispõe o estatuto básico, artigos 22, 23 e 24 consecutivos.

A respeito da frequência em que são realizadas as reuniões escolares para tratar dos gastos públicos, observou-se que essa prática ocorre sempre que os recursos estão disponíveis para serem gastos. Sobre a tomada de preços para a realização das compras, é praxe nos atos de compras da escola. De acordo com a Lei nº. 8.666/93, art. 22, § 2º, esta é uma das

modalidades de licitação como procedimento legal da Administração Pública, em observância ao princípio constitucional da isonomia, art. 5º caput, C.F./88, por meio do qual é feita a seleção da proposta mais vantajosa.

Ao procurar saber, sobre a preocupação da administração escolar ao prestar conta dos gastos públicos, constatou-se atenção voltada em preencher os demonstrativos corretamente para apresentação ao órgão fiscalizador competente, bem como atender as exigências legais e, também prestar informações ao cidadão comum (pais de alunos e funcionários da escola).

Nesse caso, os demonstrativos são necessários, em atendimento a estrutura da adequada demonstração das contas, utilizando uma linguagem técnica e precisa, de modo a facilitar o entendimento das pessoas competentes para analisar e julgar a prestação de contas.

Sobre isso, o art. 70 da C.F./88 retrata a prestação de contas como dever inerente de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros bens e valores públicos. Já o art. 48 da Lei nº. 101/2000, trata da transparência dos atos públicos e do incentivo a participação popular, prática essa que é dever do agente público e direito do cidadão contribuinte.

Nesse sentido, os instrumentos de transparência que a administração da escola utiliza, para esclarecer a comunidade escolar sobre a realização das despesas são informes de viva voz nas reuniões, informes afixados nos murais e as pastas ficam à disposição daqueles que tiverem interesse em verificar e tomar conhecimento das ações financeiras da escola. Constatou-se que o Presidente da APP é o único que examina essas pastas e que outras pessoas não têm demonstrado interesse em investigar o desempenho dos gestores, nem mesmo funcionários da escola tem curiosidade em analisá-la. Isso vislumbra a inconsciência e o desconhecimento do cidadão sobre a cobrança dos seus direitos.

Outra questão verificada foi a respeito de atrasos no recebimento dos recursos. O diretor informou que não tem ocorrido, no entanto, comentou que este ano houve atraso no recebimento do PNAE, não informando a razão.

De acordo com as informações disponíveis no Portal do FNDE, em face da natureza das transferências dos recursos do FUNDEB serem constitucionais, créditos automáticos, sem necessidade de autorização ou convênios, faz com que os repasses ocorram fielmente sem atrasos. Nos casos de inadimplência na prestação de contas haverá suspensão dos recursos. Diante do exposto, tal circunstância leva a crer que houve atraso.

Foi inquirido sobre as dificuldades encontradas para administrar o dinheiro público de modo eficiente. Quanto a esta questão foi verificado que a dificuldade encontrada é no tocante

as empresas, por não possuírem a documentação exigida para os procedimentos licitatórios, pois às vezes um produto tem um valor menor no mercado, porém a empresa não possui a documentação exigida.

Em face do que dispõe a Lei nº. 8.666/93, somente empresas habilitadas poderão participar de concorrência pública. Licitar é mandamento constitucional e não poderá ser entendido como obstáculo, mas como observação aos princípios constantes no art. 37, C.F./88, caput.

Foi solicitado que o diretor opinasse sobre: Gestão escolar participativa e transparente dos gastos públicos. E no seu entendimento é prestar contas a comunidade e aos funcionários dos gastos do dinheiro público e sem tomar decisão sozinho, mas contar com a opinião da comunidade.

O entendimento do Diretor vai de encontro, com o que diz a legislação sobre responsabilidade fiscal, naquilo que deixa entrever, a necessidade de uma atuação transparente à medida que é necessário compartilhar idéias em benefício do Coletivo, na tomada de decisão.

Sobre melhorias na educação (valorização profissional, recursos) com a instituição do FUNDEB, foi verificado que em termos salariais não houve, no entanto, tem sido oferecidos cursos de capacitação, porém, muitas vezes, o profissional não tem interesse em fazê-lo, alegando falta de tempo, e que o desinteresse demonstrado nos cursos de formação continuada está relacionado à falta de incentivo financeiro.

Nesse caso, muito embora, o art. 2º da Lei nº. 11.494/2007, trata da valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua **condigna remuneração**, no entanto esses profissionais se sentem desvalorizados financeiramente.

A expressão condigna remuneração parece ter um significado indefinido, por isso, é importante buscar o seu significado, de modo a facilitar o entendimento. Cegalla (2005, p. 223) define como: adj. de acordo com o que é devido ou merecido; conveniente a conduta condigna com o exercício da profissão.

De posse da definição, depreende que o conceito supra, existe uma visão subjetiva e variável do que seja condigno, pois, cada um faz seu próprio juízo de valor, principalmente quando a questão versa sobre profissão X remuneração.

Um ponto também importante foi saber se a escola atende corretamente a legislação, no tocante a aplicação dos recursos públicos e se ocorre irregularidades. A resposta foi de que atende e que não ocorrem irregularidades.

Segundo Meirelles o dever de probidade está constitucionalmente integrado a conduta do administrador público. Agir de acordo com a Lei é dever do agente público e não há o que se comentar.

4.2 Questionário aplicado ao Presidente da Associação de Pais e Professores - APP

Para quantificar os membros da APP, perguntou-se quantos membros integram o Conselho. Obteve-se como resposta que o Conselho está composto por 20 membros.

Complementando a questão anterior, quis saber como está representado e a informação obtida está descrito no quadro 5.

Quadro 5 – Representação da Associação de Pais e Professores

Representantes	Quantidade
Professores	06
Pais de alunos	07
Servidores técnico-administrativo das escolas de educação básica pública.	03
Estudantes da escola básica pública	04

Fonte: Pesquisado pela autora (2009).

Verificou-se que as informações prestadas estão em desacordo com o que dispõe o estatuto Básico da APP da escola objeto de estudo, pois nele consta um total de 17 membros, conforme artigos 22, 23 e 24, páginas 15 e 16, nos quais descrevem a composição da Diretoria Executiva, Conselho Educacional Comunitário e Conselho Fiscal, de modo que Nesse ínterim, constatou-se também que os membros que compõe o colegiado não são remunerados.

Procurou-se saber se o Conselheiro tem participado de algum curso de capacitação disponibilizado pelo poder público. Constatou-se com este questionamento que não, e o motivo alegado é a falta de tempo.

O MEC, no entanto, se utiliza de algumas estratégias para capacitá-los, como: cursos à distância, Videoconferências, ações cooperativas entre secretarias municipais e estaduais, utilizando o material instrucional produzido para este fim. De modo que a constatação em tela leva a crer que há desinteresse e falta de compromisso no desempenho da função.

Questionado sobre a maneira que o Conselho Escolar de utiliza para acompanhar e controlar a aplicação do dinheiro público que a escola recebe. A informação foi de que o papel do Conselho fica restrito a conferência das pastas de prestação de contas. Nesse caso o

conselheiro demonstra desconhecimento da competência da APP. De acordo com os artigos 25 e 39, folhas 20 e 23, consecutivas, o conselho possui função deliberativa, consultiva e mobilizadora fundamental junto à comunidade, para a gestão democrática da escola. Entre as competências do colegiado estão, por exemplo, fiscalizar a fiel aplicação dos recursos destinados à escola.

Outro ponto levantado foi se os procedimentos utilizados pela APP são suficientes para garantir o acompanhamento e o controle da aplicação dos recursos, e o presidente acredita que sim. Essa Opinião ocorre em virtude do distanciamento do real papel a ser desempenhado, conforme já mencionado anteriormente.

Sobre o acompanhamento na realização das compras da escola ficou evidenciado que o Conselho não faz esse acompanhamento. Nesse item demonstra mais uma divergência com o Estatuto, pois no art. 29 diz que a Diretoria Executiva deve compor a Comissão de Licitação ou de compras, de recebimento e de controle de qualidade.

No que se refere ao exame da prestação de contas e quais os procedimentos adotados na verificação. Constatou-se que a pasta com os documentos contendo notas fiscais e demonstrativos são levados para casa e analisados.

Evidencia neste caso que o conselho faz apenas a leitura e a análise numérica dos documentos (notas fiscais e demonstrativos) contidos na pasta, deixando de confrontar os registros com os bens ou mercadorias adquiridas.

Considerando que para cada estudante matriculado a escola recebe um valor/ano, em vista disso, questionou-se como o conselho faz a supervisão do censo escolar anual. Nesse caso a resposta foi de que verifica o resultado que lhes são repassados sobre o senso, porém supervisioná-lo, isso não ocorre.

Também se procurou saber sobre as dificuldades encontradas, na missão de ajudar, na tarefa da boa utilização do dinheiro público. Obteve-se a resposta de que é uma tarefa difícil e que requer tempo para desenvolvê-la satisfatoriamente, e que o presidente não é remunerado. De fato, trata-se de agente particular em colaboração com o poder público.

Buscou-se saber também, se em algum momento, foi constada alguma irregularidade na aplicação dos recursos, durante o mandato, e segundo o presidente nunca constatou irregularidades, se vislumbra da resposta do Presidente, a impossibilidade de constatação de irregularidades, pelo simples fato que inexistente controle, não há monitoramento dos bens físicos e somente declaração do Presidente da análise documental e jamais o cotejo das contas e dos bens físicos, via notas fiscais, o que sabidamente abre portas para ensejar fraudes.

4.3 Questionário Aplicado ao Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

Como questionamento inicial, procurou-se saber a escolaridade do conselheiro e se evidenciou que o conselheiro possui 3º grau, com graduação no curso de Letras.

Procurou saber também, sobre a duração do mandato do conselheiro e verificou-se que o conselheiro tomou posse do cargo no dia 19 de março de 2008, ou seja, há 1 ano e dois meses. De acordo com a Lei nº. 11.494/07, o mandato do Conselheiro é de 2 (dois) anos, permitida recondução por igual período. Nesse íterim buscou-se saber, como está representado o conselho, e a informação obtida está retratada no quadro 6.

Quadro 6 – Representação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Professores	01
Pais de alunos	02
Servidor técnico-administrativo da educação básica pública	01
Estudante da escola pública	02

Fonte: Pesquisado pela autora (2009).

Referente à composição do Conselho, a Lei nº. 11.494/07, art. 24, alínea g, IV, diz que a representação do Conselho no âmbito municipal deve ser de no mínimo 9 (nove) membros, sendo: 2 do poder executivo, 1 professor da educação básica, 1 diretor da escola básica, 1 servidor técnico-administrativo, 2 pais de alunos, 2 estudantes.

Poderá ainda fazer parte do colegiado 1 representante do Conselho Municipal de Educação e 1 do Conselho Tutelar

Indagou-se se algum membro do conselho recebe remuneração pela participação no Colegiado e, quanto a este questionamento a resposta foi negativa. A atuação não remunerada dos membros do Conselho está retratada no art. 24, § 8º, da Lei nº. 11.494/07.

Quis saber se o Conselheiro tem participado de algum curso de capacitação disponibilizado pelo poder público, e o mesmo informou que não.

A CGU, em parceria com a Embaixada do Reino Unido e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), oferece o curso “Controle Social do FUNDEB”. Oferecido gratuitamente, pela internet, e tem por objetivo auxiliar os conselheiros da área da

educação, especialmente os municipais, a acompanhar as políticas públicas. Constatou-se nesse caso desinteresse em se qualificar para o exercício da função.

Perguntou-se de que maneira o Conselho acompanha e controla a aplicação do dinheiro aportado nas escolas. Com esse questionamento, verificou-se que o acompanhamento é feito por meio de reuniões mensais, previstas em calendário. Toda 2ª terça-feira de cada mês. Nas reuniões são analisados os demonstrativos de entrada e saída dos recursos, principalmente a folha de pagamento dos profissionais da educação.

Nesse tópico, a Lei nº. 11.494/07, art. 25, inciso III e suas alíneas, tratam do exame documental não só dos recursos dos 60% do fundo, mais também dos 40% e ainda dá poderes para fazer visitas e inspetorias *in loco* nas instituições escolares, para verificar a fiel execução de obras e serviços contratados com recursos do fundo.

Perguntou-se se os procedimentos utilizados pelo conselho são suficientes para garantir o acompanhamento e o controle da aplicação dos recursos do fundo. O presidente informou que os procedimentos adotados são insuficientes. Considera que os demonstrativos são sintéticos, falta detalhamento o que dificulta a compreensão, e que essa situação poderá se inverter por meio de capacitação dos Conselheiros.

Considerando que para cada estudante matriculado a escola recebe um valor/ano. Em vista disso, questionou-se como o conselho faz a supervisão do censo escolar anual. Constatou que o Conselho somente verifica se o censo foi feito e se foi enviado na data correta. Levantamento minucioso não é feito. A Lei 11.494/07, art. 24, § 9º, trata do censo escolar sem muitos detalhes, no entanto, o dicionário da língua portuguesa Cegalla (2005, p. 804) define supervisão como o ato de orientação; fiscalização.

Questionou-se também, se o conselho acompanha o processo de tomada de preços e da realização das compras das escolas, a resposta, no entanto foi negativa, porém, acha possível acompanhar os processos das compras. Nesse caso, a Lei nº. 11.494/07, não trata desse acompanhamento, porém, no art. 25, III, trata da requisição dos documentos de empenho, licitação e outros, para análises.

Sobre as dificuldades encontradas na análise e fiscalização das prestações de contas e com que frequência é realizada essas prestações. Verificou-se que as dificuldades estão nos demonstrativos contábeis, na parte técnica da análise das contas e que as prestações são realizadas mensalmente.

Quanto aos procedimentos adotados pelo conselho, no exame das prestações de contas dos recursos da educação, é feita análise detalhada da folha dos 60%, ou seja, a folha dos

servidores, porque nesta é possível verificar o espelho da folha de pagamento, na qual consta por nome dos servidores. No que se refere aos 40% é muito sintético e só é possível verificar quanto gastou e quanto tem.

Perguntou-se também se as escolas atendem corretamente a legislação, no tocante a aplicação dos recursos públicos e se ocorre alguma irregularidade. O presidente informou que é tudo muito bem feito, mas não dá pra precisar se a legislação é aplicada corretamente, e que o conselho já constatou irregularidade com pagamentos indevidos com os recursos dos 60%. Nesse caso o Conselho solicitou que a irregularidade fosse corrigida, e no mês seguinte, a situação estava sanada. Vislumbra da resposta do presidente, falta de conhecimento técnico das demonstrações contábeis, o despreparo se funda na falta de participação nos cursos de capacitação disponibilizado pelo Ministério da Educação, com o objetivo de qualificá-los para o exercício da função. Sobre a observância ao princípio da transparência, perguntou-se como é apresentado o detalhamento do dinheiro da educação, recebido e gasto, de forma a chegar essa informação até a sociedade. Verificou-se nesse caso, que o conselho ainda não tem feito nada a esse respeito, porém, está pensando em iniciar a divulgação por meio do jornal escrito.

Sobre as medidas que o conselho poderá aplicar no caso de constatação de irregularidades na aplicação do dinheiro público, evidenciou-se que poderá ser enviado documento ao secretário de educação, solicitando providências e caso não seja solucionado poderá procurar a Câmara dos Vereadores e por último o Ministério Público. No que se refere a esse questionamento, o art. 24, Parágrafo Único, diz que os Conselhos sempre que julgarem conveniente poderão apresentar manifestação formal ao Poder Legislativo, aos órgãos de controle interno e externo, a respeito das demonstrações contábeis, bem como convocar o Secretário de Educação para prestar esclarecimento a respeito do fluxo do fundo.

No que se refere ao papel, na prática, do Conselho dentro do que é denominado repasse do FUNDEB, o Conselho deve fiscalizar o dinheiro público em toda a sua abrangência, desde a entrada da receita até a sua realização em despesa. Conforme consta nos artigos 24 e 25 da lei nº. 11.494/07. O papel do Conselho é trabalhar com autonomia e independência, no controle das ações da administração pública, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do fundo.

Considerando que a administração deve pautar seus atos dentro da lei, diante disso, questionou-se como é apresentada a prestação de contas para os órgãos competentes analisá-la. Obteve-se como resposta, que não é da competência do Conselho. Nesse caso, a Lei nº.11.494/07, art. 27, dispõe que o Conselho deverá analisar a prestação de contas e emitir

parecer conclusivo, que deverá ser apresentada ao Poder Executivo, de modo a contribuir ao bom e fiel cumprimento do art. 212 da Constituição Federal de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada evidenciou que o financiamento da educação no Brasil em alguns momentos históricos foi atingido e abalado pelo dinamismo político especificamente nos períodos ditatoriais, no entanto se sobrepôs aos percalços e se apresenta numa configuração mais equitativa, emanadas na Constituição Federal de 1988. Assim, o regime de colaboração e gestão democrática dos sistemas públicos de ensino evidencia a existência de uma intensa divisão técnica e política do financiamento e da gestão da educação básica, provenientes dos avanços legais expostos na Constituição de 1988 e pela LDB/96.

Observou-se, portanto, que as Fontes de Receita que compõe os recursos da educação e a sua conseqüente distribuição no âmbito dos entes federados, ocorrem de forma diferenciada e que vislumbra uma sistemática muito complexa, que dificulta a compreensão do leigo. Um outro ponto revelado na pesquisa é que a escola trabalha com planejamento formal de gastos e aplicação de recursos, no entanto o controle é praticamente inexistente.

Constatou-se, que a direção da escola possui preocupação em preencher os demonstrativos corretamente para apresentação ao órgão fiscalizador competente, bem como atender as exigências legais e, também prestar informações ao cidadão comum (pais de alunos e funcionários da escola).

Verificou-se também que o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, apresenta ineficiência na realização do seu trabalho, o despreparo para o exercício da função, fazendo com que haja um descompasso entre a prática e o que propõe a Lei nº.11.494/06. Embora, o poder público tenha disponibilizado cursos à distância para qualificar os conselheiros, essa expectativa ainda não se concretizou, contudo, a criação desses colegiados como representantes da sociedade, é boa idéia, pois estes, são elos de informações entre o poder público e o cidadão.

Conclui-se, portanto, que o acompanhamento e controle dos recursos financeiros da educação básica são ineficazes, haja vista, as fragilidades apresentadas, as quais impossibilitam que seja realizado um trabalho satisfatório e com qualidade.

Enfim, propõe-se que o controle social dos recursos públicos seja discutido no espaço universitário e que outras pesquisas sejam realizadas como: investigar e analisar a aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, não apenas na forma

conceitual mais também na prática, de modo a compreender o que se considera receitas e despesas relacionadas à MDE.

REFERÊNCIAS

APRENDIZ, disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br/content/dinowekosu.mmp>> Acesso em: 21 de abril de 2009.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BAPTISTA, Conceição Teodora. **Programa Nacional de Educação Fiscal Gestão Democrática e Controle Social dos Recursos Públicos**. Caderno 4. 3. ed., Escola de Administração Fazendária – ESAF. Brasília – DF, 2008.

BORGES, Creunice [et.al.]. **Manual de Orientação para Elaboração e Apresentação de Artigos de Conclusão de Curso**. Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Cacoal/2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Com as alterações adotadas pela Emendas Constitucionais nº. 1/92 a 48/2005 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm> Acesso em 29 de outubro de 2008.

BRASIL. **Constituição dos Estados unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm> Acesso em: 30 de outubro de 2008.

BRASIL **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)** . Disponível: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>> Acesso em: 01 de novembro de 2008.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Disponível: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm> Acesso em: 01 de novembro de 2008.

BUARQUE, Cristovam. **Jornal O Globo**, edição de 18-02-06. Disponível em: <http://cidadebiz.oi.com.br/paginas/34001_35000/34488-1.html> Acesso em 20 de abril de 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CHAGAS, Francisco das. **Secretaria de Assuntos Educacionais**, Agência Câmara, 2007. Disponível em: <http://www.contee.org.br/secretarias/educacionais/materia_50.htm> Acesso em: 30 de abril de 2009.

_____. **Notícias de Educação**, 2008, Portal Aprendiz, disponível em:
[<http://74.125.47.132/search?q=cache:AoSrWwr3l48J:aprendiz.uol.com.br/content/dinoweko su.mmp+De+acordo+com+Chagas+\(Aprendiz,+2008\)+o+fundo+permite+a+melhor+distribui%C3%A7%C3%A3o+dos+recursos+p%C3%BAblicos+e+ajuda+a+equalizar+as+oportunidades+educacionais.&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>](http://74.125.47.132/search?q=cache:AoSrWwr3l48J:aprendiz.uol.com.br/content/dinoweko su.mmp+De+acordo+com+Chagas+(Aprendiz,+2008)+o+fundo+permite+a+melhor+distribui%C3%A7%C3%A3o+dos+recursos+p%C3%BAblicos+e+ajuda+a+equalizar+as+oportunidades+educacionais.&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)

_____. **Entrevista exclusiva**, 2008 disponível em:
[<http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu472.asp>](http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu472.asp) Acesso em: 20 de abril de 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. Edição Compacta. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1997.

CONTEE – **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino**, disponível em: [<http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu472.asp>](http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu472.asp) Acesso em: 21 de abril de 2009.

CORREIA, Conceição Policarpo. **Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público**. Controladoria Geral da União: Brasília-DF, 2008.

CORREIA, Conceição Policarpo [et al.], **FUNDEB – Orientações para acompanhamento das ações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação**, 1ª ed. Brasília, Controladoria – Geral da União, 2008.

DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a Redenção da Educação Básica?**, Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes [et al.]. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

FÁVERO, Osmar. **A educação nas Constituintes brasileiras 1823-1988**. 2. ed., Campinas, SP: Autores associados, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 19. ed., revista, ampliada e atualizada até 31.12.2007. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2008.

FNDE – **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, disponível em:
[<http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=fundeb.html>](http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=fundeb.html) Acesso em 20 de abril de 2009.

HADDAD, Fernando. **(MEC 2007)** Disponível em:
[<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&internal=1&id=7389>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&internal=1&id=7389)
 Acesso em: 01 de novembro de 2008.

_____. **Direito 2**, disponível em: [<http://www.direito2.com.br/acam/2007/mar/8/lei-podera-definir-distribuicao-de-recursos-do-fundeb>](http://www.direito2.com.br/acam/2007/mar/8/lei-podera-definir-distribuicao-de-recursos-do-fundeb) Acesso em 21 de abril de 2009.

HOUAISS, A. et al. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO PNBE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. 2008. Disponível em:
[<http://www.institutopnbe.org.br/website/artigo.asp?cod=1856&idi=1&moe=76&id=3615>](http://www.institutopnbe.org.br/website/artigo.asp?cod=1856&idi=1&moe=76&id=3615)
 Acesso em: 01 de maio de 2009.

JÚNIOR, Adauto Viccari [et al]. *Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada*, 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

JUND, Sérgio. **Administração, Orçamento e Contabilidade Pública**, 3. ed., – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LEI DA REFORMA EDUCACIONAL DE MASSACHUSETTS DE 1993. Boletim do Centro de Recursos e Informação para os Pais de Massachusetts (PIRC). Volume 9, Número 1, 2007. Disponível em:
<<http://www.pplace.org/publications/bulletins/Portuguese/ppbulletinv9n1port.pdf>> Acesso em: 02 de maio de 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9394/96**, disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13003:legislacao-educacional&catid=323:orgaos-vinculados> Acesso em: 07 de maio de 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo Brasileiro**. 28. ed., São Paulo, Malheiros Editores Ltda, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 23. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Revista Diálogos&Debates**, Outubro de 2002. Disponível:
<<http://regisbonvicino.com.br/entrevista28fhc.htm>> Acesso em 19 de abril de 2009.

NOVA ESCOLA. Revista nº. 10. **Programa de Desenvolvimento da Educação-PDE**, ed. março. 2008.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau**. 14. ed., São Paulo: Ática, 1992.

QUEIROZ, Arlindo. **Secretaria de Estado da Educação de Sergipe**, 2008. Disponível em:
<http://www.seed.se.gov.br/detalharNoticiaAscom_new.asp?codNoticia=1821&Mes=2&Ano=2008> Acesso em: 01 de Maio de 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma política educacional** – 2. ed. rev. e ampl., Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Antonio Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissestações, teses**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Lino Martins da. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XX – nº. 76, Julho/Setembro, 1991.

SOUZA, Paulo Renato de. **Jornal O Estado de S. Paulo**, 28/11/04. Disponível:
<<http://www.eagora.org.br/arquivo/Reafirmo-perdeu-se-o-foco/>> Acesso em 19 de abril de 2009.

TORO, José Bernardo. **A Construção do Público: cidadania, democracia e participação**. 1. ed., Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

APÊNDICES

Apêndice A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – GESTOR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO GRACILIANO RAMOS

01) Quais são os recursos financeiros que a escola recebe? Com que frequência os créditos são efetuados? Quem efetua o repasse a União ou o Estado?

02) É feito planejamento formal para a realização dos gastos?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, quem participa da elaboração?

() Todos os funcionários da escola e também pais dos alunos e comunidade;

() Todos os funcionários da escola;

() Apenas professores.

03) Se não é feito nenhum planejamento, apenas reunião para tomada de decisão, esse procedimento é adotado por quê?

() Não considera importante planejar os gastos;

() Considera que a reunião é mais rápida para tomar a decisão de como gastá-lo;

() Considera que a direção escolar não necessita perder tempo com planejamento ou reuniões, pois, já sabe quais são as necessidades da escola.

04) Com que frequência é realizada reunião na escola para discutir e decidir a utilização do dinheiro aportado na escola?

() Bimestralmente

() Semestralmente

() Anualmente

() Não sabe precisar com que frequência é realizada

05) A tomada de preços para a realização das compras da escola.

() É uma prática constante;

() É prática, porém às vezes não faz porque tem urgência da mercadoria.

06 Ao prestar contas do dinheiro público, a preocupação da administração escolar é:

() Preencher os demonstrativos corretamente para apresentação ao órgão fiscalizador competente;

() Atender as exigências legais e também prestar informações ao cidadão comum (pais de alunos e funcionários da escola);

() Não se preocupa em prestar esclarecimentos ao cidadão comum, pois, o gestor escolar é um agente público confiável.

07) Quais são os instrumentos de transparência que a administração da escola se utiliza, para informar a comunidade escolar sobre a realização das despesas?

08) Ocorre atraso no recebimento dos recursos?

() Sim

() Não

Em caso positivo, qual é o motivo do atraso?

09) Quais as dificuldades encontradas para administrar o dinheiro público de modo eficiente?

10) Qual a sua opinião sobre: Gestão escolar participativa e transparente dos gastos públicos?

11) Em sua opinião, houve melhorias na educação (valorização do profissional, recursos) com a instituição do FUNDEB?

() Sim

() Não

12) A escola atende corretamente a legislação, no tocante a aplicação dos recursos públicos? Ocorre alguma irregularidade?

**Apêndice B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – PRESIDENTE APP DA ESCOLA
ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO GRACILIANO RAMOS**

01) O Conselho está formado por quantos membros?

_____.

02) Na constituição e representação do conselho escolar há:

Quantos professores _____.

Quantos pais de alunos? _____.

Quantos servidores técnico-administrativos? _____.

03) Algum membro do conselho recebe remuneração pela participação do colegiado?

() Sim

() Não

Em caso positivo, justifique: _____.

04) Tem participado de algum curso de capacitação para Conselheiro Escolar, disponibilizado pelo poder público?

() Sim

() Não

05) De que maneira a APP acompanha e controla a aplicação do dinheiro público que a escola recebe?

06) Considera estes procedimentos utilizados pela APP, suficientes para garantir o acompanhamento e o controle da aplicação dos recursos?

07) Acompanha a realização das compras da escola?

() Sim. É uma prática constante

() Não. O diretor da escola é confiável.

08) Examina a prestação de contas.

() Sim

() Não

Se afirmativo, quais os procedimentos adotados no exame das prestações de contas?

_____.

09) Considerando que os recursos aportados na escola estão vinculados a quantidade de alunos matriculados. Assim sendo, a APP supervisiona o censo escolar?

() Sim

() Não

10) Durante o seu mandato, já foi constatado alguma irregularidade na aplicação dos recursos?

() Sim

() Não

Em caso positivo. Quais? _____

11) Quais as dificuldades encontradas, na missão de ajudar, na tarefa da boa utilização do dinheiro público?

12) A escola atende corretamente a legislação, no tocante a aplicação dos recursos públicos? Ocorre alguma irregularidade?

Apêndice C – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB NO ÂMBITO MUNICIPAL

01) Grau de instrução:

() 3º grau () completo () incompleto

Qual o curso? _____

() 2º grau () completo () incompleto

Qual o curso? _____

() 1º grau

02) Há quanto tempo desenvolve a função de Presidente do Conselho do FUNDEB neste município?

03) Na constituição e representação do Conselho há:

Quantos professores? _____

Quantos pais de alunos? _____

Quantos servidores técnico-administrativos das escolas de educação básica pública? _____

Quantos estudantes da escola básica pública? _____

04) Algum membro do Conselho recebe remuneração pela participação do colegiado?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, justifique: _____.

05) Tem participado de algum curso de capacitação para Conselheiro, disponibilizado pelo poder público?

() Sim () Não

Em caso negativo, justifique: _____.

06) De que maneira o Conselho acompanha e controla a aplicação do dinheiro público aportado nas escolas?

07) Considera que procedimentos utilizados pelo conselho, são suficientes para garantir o acompanhamento e o controle da aplicação dos recursos do Fundo?

() Sim

() Não

08) Considerando que cada estudante matriculado o sistema recebe um valor aluno/ano. Diante disso, como o conselho faz a supervisão do censo escolar anual?

09) Acompanha o processo de tomada de preços e da realização das compras das escolas?

() Sim

() Não

Em caso positivo, como? _____

10) Quais as dificuldades encontradas na análise e fiscalização das prestações de contas? E com que frequência é realizada essas prestações?

_____.

11) Quais os procedimentos adotados pelo Conselho, no exame das prestações de contas dos recursos da educação?

_____.

12) As escolas atendem corretamente a legislação, no tocante a aplicação dos recursos públicos? Ocorre alguma irregularidade?

_____.

13) Em observância ao princípio da transparência, como é apresentado o detalhamento do dinheiro da educação, recebido e gasto, de forma a chegar essa informação até a sociedade?

14) Quais são as medidas que o conselho poderá aplicar no caso de constatação de irregularidades na aplicação do dinheiro público?

15) Qual é o papel, na prática, do Conselho dentro do que é denominado repasse do FUNDEB?

16) Considerando que a Administração deve pautar seus atos dentro da lei, diante disso, como é apresentada a prestação de contas para os órgãos competentes para analisá-la?

ANEXOS

Anexo A – ESTATUTO BÁSICO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

Serviço Registral de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas

Bernadete Lorena de Oliveira
Oficial de Registro

Michelly Andrea Lorena de Oliveira
Assessora Jurídica

Av. Dois de Junho, 2447 - Centro - Cep 78.976-025 - Cacoal - Rondônia
Tel.: (69) 441-4463

E-mail: srcacoal@nettravel.com.br
Page: www.registroimoveiscacoal.com.br

Fax: (69) 443-3593

Título Registrado

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA=

Partes Integrantes

-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO

FUNDAMENTAL E MÉDIO GRACILIANO RAMOS

Cacoal-RO, 29 de JULHO de 2005

Dos Direitos e dos Deveres dos Associados

Capítulo I

Dos Direitos

Art. 11. Constituem direitos dos associados:

- I. – colaborar no desenvolvimento da APP Graciliano Ramos;
- II. – apresentar sugestões e oferecer colaboração aos dirigentes dos vários órgãos da APP Graciliano Ramos;
- III. – receber informações sobre a orientação pedagógica da escola e o ensino ministrado aos educandos;
- IV. – participar das atividades culturais, sociais, esportivas e cívicas organizadas pela APP Graciliano Ramos;
- V. – votar e ser votado nos termos do presente Estatuto;
- VI. – solicitar, quando em Assembléia Geral, esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da APP Graciliano Ramos;
- VII. – apresentar pessoas da comunidade para ampliação do quadro de associados, observado no que couber os artigos 6º e 7º deste Estatuto;
- VIII. – demitir-se quando julgar conveniente, protocolando junto à Secretaria da DE o seu pedido de demissão;
- IX. – solicitar a apresentação de prestação de contas, conforme exigida pelas normas vigentes.

Capítulo II

Dos Deveres

Art. 12. Constituem deveres dos associados:

- I. – defender, por atos e palavras, o bom nome da APP Graciliano Ramos e da Escola;
- II. – conhecer o Estatuto da APP Graciliano Ramos;
- III. – participar das reuniões pais quais foram convocados;
- IV. – desempenhar, responsavelmente, os cargos, funções ou missões que lhes forem confiados;
- V. – concorrer para estreitar as relações de amizade entre todos os associados e incentivar a participação comunitária na escola;
- VI. – cooperar, dentro de suas possibilidades, com financeiras para a melhoria e desenvolvimento das atividades da APP Graciliano Ramos;
- VII. – prestar à APP Graciliano Ramos, serviços gerais ou de especialidade profissional, dentro e conforme suas possibilidades;
- VIII. – zelar pela conservação e manutenção do imóvel escolar, bem como dos equipamentos existentes;

- IX. – responsabilizar-se pelo uso do prédio, suas dependências e equipamentos, quando encarregados diretos da execução de atividades programadas pela APP Graciliano Ramos.

TÍTULO IV

Do Patrimônio e da Fonte de Recursos

Capítulo I

Do Patrimônio

Art. 13. O patrimônio da Associação é constituído pelos bens móveis (classificados como permanentes ou que por sua natureza devam contabilizados e inventariados) e imóveis, adquiridos ou que sejam doados à APP Graciliano Ramos, e que serão utilizados sempre em benefício da APP Graciliano Ramos/Escola.

Parágrafo 1º. Qualquer bem adquirido com recursos públicos, provenientes de transferências governamentais ou por renda advinda da cantina escolar, deverão ser identificado, contabilizado e inventariado, e integrarão o patrimônio público estadual, salvo destinação do transferidor dispondo em contrário.

Parágrafo 2º. Os bens móveis ou imóveis doados ou adquiridos com recursos da APP Graciliano Ramos, excetuando o disposto no parágrafo anterior, serão identificados, contabilizados, inventariados e integrarão o seu patrimônio.

Capítulo II

Da Fonte de Recursos

Art. 14. Os meios e recursos para atender os objetivos da APP Graciliano Ramos, serão obtidos por intermédio de:

- I. – contribuição dos associados;
- II. – transferências governamentais;
- III. - convênios;
- IV. - receitas diversas;

Parágrafo 1º. A contribuição que se refere no item I acima, será sempre facultativa, porém, não exime os associados do dever moral, observado suas possibilidades, de cooperar em prol da melhoria e da consecução dos objetivos da APP Graciliano Ramos.



Parágrafo 2º. Consideram-se transferências governamentais, todo recurso público transferido e/ou creditado em nome da APP Graciliano Ramos, pelo menos entes estatais, quer seja ou não, de natureza vinculada ou específica, e que serão sempre depositados em agências bancárias indicadas e em conformidade às demais exigências do órgão transferidor.

Parágrafo 3º. Recursos oriundos de convênios são aqueles firmados pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da APP Graciliano Ramos, mediante aprovação do Conselho Deliberativo, com entidades jurídicas de direito público, privado ou pessoa física, em benefício da APP Graciliano Ramos/Escola.

Parágrafo 4º. Receitas Diversas são as oriundas de permissão de uso remunerada, promoções, doações, etc, cuja destinação não tem caráter vinculatório, podendo atender qualquer despesa que objetiva a melhoria da APP Graciliano Ramos/Escola e do educando.

Art. 15. Os recursos descritos no artigo anterior serão, preferencialmente, depositados nas Agências do Banco do Brasil S.A., em nome da APP Graciliano Ramos, salvo pela sua inexistência no local, situação em que poderão ser depositados em outras agências, priorizando aquelas com predominância de capital público, observado o disposto § 2º do artigo anterior.

TÍTULO V

Da Estrutura Organizacional e Das Competências

Capítulo I

Dos Órgãos da Administração

Art. 16. A APP Graciliano Ramos será administrada pelos seguintes órgãos:

- I. – Assembléia Geral – AG;
- II. – Conselho Deliberativo – CD;
- III. – Diretoria Executiva – DE;
- IV. – Conselho Educacional e Comunitário – CEC;
- V. – Conselho Fiscal – CF.

Seção I

Da Assembléia Geral

Art. 17. A Assembléia Geral será constituída pela totalidade dos associados e será soberana em suas deliberações, salvo pela observação à legislação educacional vigente.



Art. 21. O Conselho Deliberativo será constituído pela junção dos Membros da Diretoria Executiva e do Conselho Educacional e Comunitário.

Parágrafo Único. O Presidente do Conselho Deliberativo será escolhido entre seus pares, mediante consenso, sendo que o Diretor Executivo não poderá ser indicado para o cargo.

Seção III

Da Diretoria Executiva

Art. 22. A Diretoria Executiva da APP Graciliano Ramos será composta dos seguintes cargos:

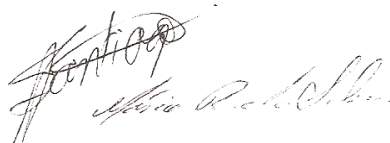
- I. – Diretor Executivo;
- II. – Vice-diretor Executivo;
- III. – 1º Secretário;
- IV. – 2º Secretário;
- V. – 1º Tesoureiro;
- VI. – 2º Tesoureiro.

Parágrafo Primeiro: Os cargos descritos nos itens I, IV e V, serão ocupados por pai, mãe, representante legal ou ainda por servidores inativos de qualquer ente federativo (quer da administração direta ou indireta), que comprovem residir no bairro onde se encontra localizada a Unidade Escolar.

Parágrafo Segundo: O ocupante de cargo elencado no parágrafo anterior, caso não venha ter mais filho matriculado na escola, poderá cumprir o mandato já iniciado, sendo defeso concorrer à reeleição ou recondução.

Parágrafo Terceiro: Os cargos descritos nos itens II, III e VI, serão ocupados por servidores públicos lotados na escola (professor, técnico ou administrativo), que deverão inscrever e concorrer para os cargos de livre e espontânea vontade, não havendo candidatos voluntários, caberá a Direção da Unidade Escolar promover reuniões com o seu corpo técnico e demais servidores, objetivando sensibilizá-los da necessidade de participação no processo democrático com vista ao desenvolvimento das atividades relativas a APP Graciliano Ramos em prol da Unidade Escolar..

Parágrafo Quarto: No caso de vacância dos cargos definidos no caput deste artigo, o vice substituirá o diretor, o segundo substituirá o primeiro, sem que com isso venha constituir impedimento do disposto nos §§ 1º e 3º acima.



Parágrafo Quinto: Da vacância, caberá ao Conselho Deliberativo no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias convocar Assembléia Geral Extraordinária para eleição com vista ao preenchimento do cargo vago existente, observado o disposto no § seguinte e artigo 19 deste Estatuto.

Parágrafo Sexto: Se a vacância do cargo ocorrer nos 120 (cento e vinte) dias que anteceder o término do mandato e tendo ele substituto legal nos termos do § 4º deste artigo, fica facultado a realização de eleição para seu preenchimento, desde que a APP Graciliano Ramos não venha sofrer nenhum prejuízo ou solução de continuidade em suas ações.

Seção IV

Do Conselho Educacional e Comunitário

Art. 23. O Conselho Educacional e comunitário será constituído por 07 (sete) membros efetivos e funcionará com 03 (três) pais ou com alunos maiores de 18 (dezoito) anos, 03 (três) professores e 01 (um) técnico especializado em educação.

Parágrafo Primeiro: Para cada membro efetivo será eleito um suplente equivalente, que o substituirá mediante simples convocação do presidente do CEC quando das ausências, impedimentos ou sob qualquer outra situação, quer temporária ou definitivamente.

Parágrafo Segundo: O presidente e o secretário do CEC serão escolhidos dentre seus pares, que consignará o ato em ATA e, posterior publicação.

Parágrafo 3º. Ocorrendo vacância dos cargos do CEC, após ascensão dos suplentes, aplicar-se-á no que couber o disposto no § 6º do artigo anterior.

Seção V

Do Conselho Fiscal

Art. 24. O Conselho fiscal é o órgão de controle e fiscalização da APP Graciliano Ramos, e será constituído de 04 (quatro) membros efetivos sendo: 02 (dois) professores e 02 (dois) pais ou responsáveis por alunos e/ou alunos maiores de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo Primeiro: Para cada membro efetivo será eleito um suplente equivalente que o substituirá mediante simples convocação do presidente CF, quando das ausências, impedimentos ou sob qualquer outra situação, quer temporária ou definitivamente.

Parágrafo Segundo: O presidente do CF será escolhido pelo censo da maioria de seus pares, cabendo ao eleito nomear seu secretário, registrando o feito em ATA e, posterior publicação.

Parágrafo Terceiro: Aplicar-se-á ao CF, o procedimento descrito no § 3º do artigo 23.



Capítulo II

Das Competências

Seção I

Da Associação de Pais e Professores

Art. 25. A Associação de Pais e Professores, no exercício das atividades estatais delegadas, possui os seguintes direitos:

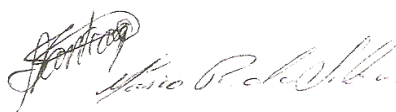
- I. Disponibilização de local adequado na dependência da unidade escolar, para ser utilizado como sede administrativa da APP Graciliano Ramos.
- II. Ter acesso imediato a todos os documentos encaminhados a unidade escolar, desde que esses tratem de matéria que envolva as atividades exercidas pela APP Graciliano Ramos;
- III. Participar de todas as reuniões que envolvam discussões relativas as atividades desenvolvidas pela APP Graciliano Ramos;
- IV. Receber e/ou expedir documentos à Entidade Executora/SEDUC, independente do conhecimento prévio ou quaisquer tipos de anuências por parte da Direção da Unidade Escolar, sem prejuízo da adoção de política de cooperação entre a Entidade Privada e o Poder Público;
- V. Receber por parte da Direção da Unidade Escolar todo apoio logístico e material necessários ao desenvolvimento de suas atividades no âmbito da Unidade Escolar.
- VI. Participar de todos os programas, estaduais ou federais que envolvam mobilização da comunidade;
- VII. – acompanhar o gerenciamento através dos órgãos administrativos da associação, os recursos públicos transferidos, sua execução e destinação, bem assim o cumprimento das normas públicas vigentes que disciplinam o uso e a forma de gastos desses recursos, zelando pela transparência e observância aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e finalidade, dentre outras;
- VIII. – exigir dos órgãos da APP Graciliano Ramos, por seus membros eleitos, o cumprimento de suas atribuições e competências.

Seção II

Da Assembléia Geral

Art. 26. Compete a Assembléia Geral:

- I. eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Educacional e Comunitário e do conselho Fiscal;



- II. apreciar o balanço anual e os balancetes semestrais, com o parecer do conselho fiscal, e aprovar as contas;
- III. propor e aprovar a época e a forma das distribuições dos associados, obedecendo ao disposto no § 1º, do artigo 14 do presente estatuto;
- IV. reunir-se, ordinariamente, pelo menos 01 (uma) vez cada semestre;
- V. reunir-se, extraordinariamente, quando convocada pelo diretor escolar, por duas 2/3 (dois terços) dos membros do conselho deliberativo ou da diretoria executiva, ou por 1/5 (um quinto) dos associados, mediante requerimento protocolado na diretoria executiva;
- VI. excluir o associado, observado o disposto no artigo 10 e parágrafo;
- VII. destituir os administradores eleito com aprovação de 2/3.
- VIII. Alterar o Estatuto ou parte dele com aprovação de 2/3.

Seção III

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 27. Compete ao Conselho Deliberativo:

- I – divulgar para conhecimento dos associados, os nomes dos eleitos na forma do inciso I do artigo anterior e lhes dar posse, bem como as normas do presente estatuto;
- II – aprovar o Plano Anual de Trabalho, conforme descrito no artigo 5º, o Plano de Aplicação dos Recurso da APP Graciliano Ramos, conjuntamente com a direção escolar;
- III – realizar estudos e emitir pareceres sobre questões de relevância que exijam modificações no estatuto da APP sejam por motivos de inserções ou supressões, em pretensas alterações que devem ser encaminhadas para conhecimento prévio da SEDUC, após o que, deverá ser submetidas à apreciação da Assembléia Geral, para fins de eventuais exclusões ou inclusões, que deverão ser submetidas a registro público na forma da legislação vigente;
- IV – reunir-se, sempre que necessário, com a direção escolar, professores, técnico. Servidores, representantes de alunos ou agremiação estudantil, com vista a discutir assuntos relacionados às atividade educacionais o não, que objetivam a melhoria e qualidade no convívio escolar e dos alunos;
- V - deliberar sobre o disposto no artigo 4º, representando as aspirações da comunidade escolar e dos pais de alunos junto à escola;
- VI – convocar assembléia geral extraordinária para eleger o membro que preencherá o cargo decorrente de vacância, observado o disposto nos §§ 5º e 6ª do artigo 22 deste Estatuto;
- VII – exercer outras competências de interesse da APP Graciliano Ramos e da Escola, não definidas neste estatuto, bem como respeitar os princípios e leis vigentes.
- VIII – Deliberar sobre todos os assuntos que de quaisquer formas possam interferir no desenvolvimento das atividades da APP Graciliano Ramos no âmbito da unidade Escolar.

Parágrafo Único. As decisões do Conselho Deliberativo só terão validade se aprovadas por maioria simples (metade + um) de seus membros.

Art. 28. Cabe ao Presidente do Conselho Deliberativo:



- I – convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo conforme determinado neste Estatuto, observado o disposto no § único do artigo 18;
- II – dar posse aos membros eleitos em Assembléia Geral para os órgãos administrativos (diretoria executiva, conselho educacional e comunitário e conselho fiscal), ou àquele decorrente de vacância no curso do mandato;
- III – Nomear comissão disciplinar para apurar irregularidades cometidas pelos membros da Diretoria Executiva, Conselho Educacional e Comunitário e Conselho Fiscal, bem como deverá notificar a SEDUC sobre eventuais irregularidades cometidas por servidores lotados na Unidade Escolar, sejam ou não membros da APP Graciliano Ramos, caso isso não tenha sido realizado pela Diretoria Executiva.
- IV – implementar e dar cumprimento às disposições contidas no artigo anterior;
- V – exercer outras atividades pertinentes, que objetivam salutar desenvolvimento da APP Graciliano Ramos/Escola.

Parágrafo Único. A Assembléia Geral será presidida pelo diretor executivo e na ausência deste, pelo vice-diretor executivo, devendo a falta ser comunicada no mínimo com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, salvo motivo de força maior.

Seção IV

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 29. Compete à Diretoria Executiva:

- I. Elaborar e executar o Plano Anual de Trabalho, após aprovação do Conselho Deliberativo;
- II. depositar em conta da APP Graciliano Ramos, em estabelecimento de crédito oficial, todos os recursos recebidos ou captados, observado o disposto nos artigos 14 e 15, deste estatuto;
- III. decidir por programas ou ações inerentes e de interesse da APP Graciliano Ramos/Escola, após aprovação do Conselho Deliberativo e que estejam omissos no Estatuto, contanto que não haja conflito e nem indisposição em relação àqueles que regem a natureza e finalidade da APP Graciliano Ramos;
- IV. executar as ações deliberadas em Assembléia Geral, que não sejam inerentes ao conselho deliberativo;
- V. compor a Comissão de Licitação (ou de Compras) e a Comissão de Recebimento e Controle de Qualidade, bem como substituir seus membros, desde que comprovada sua inadequação para o exercício da função;
- VI. propor ao conselho deliberativo, quando necessário, alteração no estatuto, observado o inciso III do artigo 27, deste estatuto;
- VII. prestar contas dos recursos repassados à APP Graciliano Ramos, com parecer do conselho fiscal, aos órgãos governamentais, em conformidade às suas normas vigentes e nos prazos estabelecidos;
- VIII. executar a programação de gastos aprovado pelo conselho deliberativo e direção escolar;
- IX. celebrar convênios, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 14, deste estatuto;



- X. executar as ações deliberadas em Assembléia Geral que não sejam inerentes ao conselho deliberativo;
- XI. supervisionar, executar e orientar as ações a serem realizadas pela APP Graciliano Ramos, que não conflitam com as do conselho deliberativo.

Parágrafo Único – Advindo ato ou ação decorrente do disposto no item III deste artigo, e tiver de ser reiteradamente utilizado, deverá ser proposto pelo CD, sua mediata inclusão no Estatuto, cuja alteração obedecerá aos trâmites exigíveis.

Art. 30. A Diretoria Executiva reunir-se-á pelo menos uma vez por semana conjuntamente com a Direção Escolar conforme calendário estabelecido, ou quando houver estrita necessidade com vista à consecução das ações planejadas, principalmente quanto às de realização de despesa e pagamento.

Parágrafo Único – A ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas em um período de 06 (seis) meses, poderá implicar na vacância do cargo e possível destituição, na forma do presente Estatuto.

Art. 31. Cabe ao Diretor Executivo;

- I. Representar a APP Graciliano Ramos ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III. Fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo;
- IV. Apresentar relatório semestral das atividades da diretoria ao Conselho Deliberativo;
- V. Admitir e/ou dispensar pessoal de seu quadro, obedecidas as decisões do Conselho Deliberativo;
- VI. Autorizar conjuntamente com o diretor escolar, as despesas a serem realizadas;
- VII. Submeter os balancetes semestrais e o balanço anual ao Conselho Deliberativo e Assembléia Geral, após análise e parecer conclusivo do Conselho Fiscal;
- VIII. Rubricar e publicar em quadro próprio da APP Graciliano Ramos, os balancetes semestrais e o balanço anual, além de outras publicações exigíveis na forma deste estatuto e, legislação vigente, visto a movimentação de recursos públicos;
- IX. Movimentar, conjuntamente com o tesoureiro e o diretor escolar, todo numerário da APP Graciliano Ramos;
- X. Nomear a Comissão de Licitação e a Comissão de Recebimento e de Controle de Qualidade, constituídas cada uma com no mínimo 03 (três) membros;
- XI. Oficiar junto ao órgão público competente, as providências com vista ao tombamento do bem adquirido pela APP Graciliano Ramos, em conformidade ao disposto no § 3 do art. 13, deste estatuto;
- XII. Implementar e dar cumprimento às disposições contidas nos artigos 28 e 29, deste estatuto;
- XIII. Exercer outras atividades inerentes e próprias que o cargo requer.

Art. 32. Cabe ao Vice-diretor Executivo:

- I. auxiliar o diretor executivo e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

Art. 33. Compete ao 1º Secretário:



- I. lavrar as atas das reuniões e Assembléias Gerais;
- II. redigir circulares e relatórios e encarregar-se da correspondência da APP Graciliano Ramos;
- III. assessorar o diretor executivo nas matérias de interesse da APP Graciliano Ramos;
- IV. organizar e zelar pela conservação do arquivo da APP Graciliano Ramos, bem assim pela guarda de toda parte documental;
- V. zelar, conservar, inventariar e contabilizar todo patrimônio da APP Graciliano Ramos, bem como responsabilizar-se pelo cumprimento do disposto no item 11, do artigo 30, deste estatuto;
- VI. organizar e manter atualizado o cadastro dos associados da APP Graciliano Ramos.

Art. 34. Compete ao 2º Secretário:

- I. substituir o 1º Secretário em suas ausências ou impedimentos;
- II. auxiliar, quando necessário, o 1º Secretário no cumprimento de suas atribuições e competência.

Art. 35. Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. assinar conjuntamente com o diretor executivo e diretor escolar todos os cheques das contas bancárias da APP Graciliano Ramos;
- II. efetuar, por intermédio de cheques nominiais, os pagamentos autorizados pelo diretor executivo e diretor escolar;
- III. apresentar em tempo hábil, ao diretor executivo os balancetes semestrais e o balanço anual, acompanhados dos documentos probatórios de receitas e despesas;
- IV. manter os livros contábeis com registros atualizados e sem rasura;
- V. repassar em tempo hábil, mediante efetivo controle, ao Conselho Fiscal, toda documentação necessária da despesa e da receita, para análise e parecer com vista às prestações de contas;
- VI. responsabilizar-se pela guarda e arquivo das notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela APP Graciliano Ramos, apresentando-os sempre que necessários aos órgãos de controle e fiscalização (interna ou externa), bem como toda a documentação autuada em processo, pertinentes às prestações de contas em razão dos recursos públicos recebidos.

Art. 36. Compete ao 2º Tesoureiro:

- I. substituir o 1º Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos; e
- II. auxiliar o 1º Tesoureiro, quando necessário, no exercício de suas funções.

Seção V

Do Conselho Educacional e Comunitário

Art. 37. Compete ao Conselho Educacional e Comunitário:



- I. propor ações que visem a melhoria das condições e da qualidade educacional, inerentes ao desenvolvimento curricular de ensino, ao modo didático de avaliação e a outras questões relacionadas ao processo pedagógico;
- II. controlar e executar o plano pedagógico, depois de aprová-lo conjuntamente com o setor próprio da escola.
- III. Estabelecer meios que propiciem maior participação da comunidade escolar, no processo educativo;
- IV. Propor junto ao Conselho Deliberativo, modificação no estatuto da associação, quando julgar necessário, observado o item III, do artigo 26 deste estatuto;
- V. Apurar faltas de insubordinação, tumultos ou má conduta do associado, no ambiente interno da Unidade Escolar, aplicando-lhe advertência escrita, garantido a ampla defesa;
- VI. Prestar contas de suas atividades ao Conselho Deliberativo, ao final de cada ano;
- VII. Discutir e opinar junto à direção e conselho escolar, quando acentuado for o quadro de evasão, repetência e punição, de alunos;
- VIII. Acompanhar sistematicamente o processo de distribuição da merenda escolar junto ao alunado durante o ano letivo, primando sempre pela higiene e boa qualidade da alimentação e , denunciando junto às autoridades competentes, a falta de merenda ou qualquer outro bem, que tenha sido destinado recurso público para fins específicos ou não, em benefício do alunado ou da escola;
- IX. Propor a exclusão do associado junto ao Conselho Deliberativo, quando o número de advertência a ele aplicado for superior a 03 (três);
- X. Promover a integração escola-comunidade através de atividades de laser, culturais, recreativas, desportivas, etc.

Art. 38. Cabe ao Presidente do Conselho Educacional e Comunitário:

- I. Representar, internar ou externamente, o Conselho Educacional e Comunitário quando necessário;
- II. Adotar todas as medidas necessárias visando o pleno cumprimento do disposto no artigo anterior;
- III. Oficiar sempre que necessário, junto aos órgãos internos ou externos, assuntos que dizem respeito à competência do CEC, ou quando designado pelo Conselho Deliberativo;
- IV. Encaminhar os documentos necessários ao Conselho Deliberativo, para providências em face do disposto no item IX, do artigo anterior;
- V. Convocar sempre que necessário, os membros do CEC para discussão e andamento dos assuntos pertinentes e pendentes.

Seção VI

Do Conselho Fiscal

Art. 39. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Verificar os balancetes semestrais e balanços anuais apresentados pela Diretoria Executiva, emitindo parecer consubstanciado;




- II. Assessorar a Diretoria Executiva na elaboração do Plano Anual de Trabalho, concemente à aplicação dos recursos;
- III. Examinar ou requerer, a qualquer tempo, os livros e documentos da Tesouraria;
- IV. Dar parecer, a pedido da Diretoria Executiva ou do Conselho Deliberativo sobre resoluções ou atos que afetem as finanças da APP Graciliano Ramos;
- V. Solicitar ao Conselho Deliberativo, se necessário, a contratação de serviços de auditoria contábil;
- VI. Receber da Diretoria Executiva em tempo hábil, as prestações de contas para análise e parecer referentes aos recursos governamentais repassados à APP Graciliano Ramos, de forma a garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos para suas entregas junto aos órgãos públicos respectivos;
- VII. Solicitar prestação de contas da Diretoria Executiva ou de documentos que dizem respeito às despesas realizadas ou a realizar, a qualquer momento e sempre que achar necessário.

Art. 40. Os trabalhos do Conselho Fiscal será exercidos por seus Conselheiros, sendo presidido e secretariado, em conformidade ao disposto § 2º do artigo 24, deste estatuto.

Título VI

Da Eleição, da Posse e do Mandato

Capítulo I

Das Eleições e Posse

Art. 41. O processo eleitoral terá início com a formação da Comissão Eleitoral constituída por ato do presidente do Conselho Deliberativo, e escolhida dentre os servidores e membros da comunidade escolar 60 (sessenta) dias antes do término do mandato dos órgãos em vigor.

Parágrafo Único: A Comissão Eleitoral será composta por 05 (cinco) membros, sendo 02 (dois) professores ou servidores da escola e 03(três) membros associado da comunidade, que no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contidos no período definido no caput deste artigo, iniciará e concluirá o processo eleitoral, proclamando os vencedores.

Art. 42. A Comissão Eleitoral depois de instalada, por ato publicado, definirá:

- I. O dia do início e término das inscrições das chapas para concorrerem ao pleito eleitoral, o seu horário (nunca inferior a 06 (seis) horas diárias, e local de funcionamento;
- II. A forma de requerer a inscrição e o registro das chapas,
- III. Os prazos para interposição de recursos;
- IV. Os documentos necessários que deverão ser apresentados pelos concorrentes ao pleito eletivo, bem como o prazo máximo admitido para apresentação, sob pena de impugnação da inscrição e do registro;
- V. A data, o local e o horário em que ocorrerá a eleição geral;

